

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.127 - SP (2013/0211213-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : AUDIR AQUINO LUBAS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO ARÃO - SP081801  
MARIO CELSO IZZO - SP161016  
Jael de Oliveira Marques e outro(s) - SP276897  
**RECORRIDO** : PAULO ANTONIO FERNANDES  
**ADVOGADO** : CARLOS FERNANDO NEVES AMORIM E OUTRO(S) - SP099246

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por AUDIR AQUINO LUBAS contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado (e-STJ, fls. 11222/11232):

DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - Ação e reconvenção - Apuração de haveres - Discórdia, ao longo dos anos, a envolver os membros da sociedade - Disputa a extrapolar os limites da própria exclusão - Inviabilização da manutenção da empresa - Ausência de atividade, ponto, funcionários - Perda da 'affectio societatis' sem possibilidade de restauração da boa ordem - Decisão que optou pela abrangência da solução a preservar, inclusive, direitos de terceiros - Ausência do caráter "extra petita" - Sentença ratificada a teor do disposto pelo artigo 252, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça - RECURSO NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração, subsequentemente opostos, foram rejeitados por acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 11248/11255):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - Renovação da matéria em busca alteração da decisão - Ausência de pontos omissos, obscuros ou em contradição - Conhecidos pela tempestividade - EMBARGOS REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 11258/11266), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente alega ofensa aos arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil/1973, tendo em vista que "apesar de ambos os litigantes terem demandado pela dissolução parcial da sociedade, o nobre magistrado de primeiro grau decretou a dissolução total desta, em flagrante ofensa aos artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil". Afirmo, também, que "a r. sentença e o v. acórdão são nulos de pleno direito, por seu caráter 'extra petita', caracterizado pela decisão de se determinar a dissolução total da sociedade, circunstância esta não pleiteado por qualquer das partes litigantes".

Requer, ainda, que "sejam concedidos ao recorrente os benefícios da Justiça Gratuita, nos exatos termos da Lei n. 1.060/50 e artigo 1º da Lei n. 7.115/83, conforme declaração anexa" (e-STJ, fls. 11267).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 11298).

Foi dado provimento ao agravo para determinar a sua conversão em recurso especial (e-STJ, fls. 11509).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

**Da violação dos arts. 128 e 460 do CPC/1973**

O Tribunal de origem manteve a sentença que decretou a dissolução total da sociedade Mercantil Mayra Cine Foto Ltda sob o fundamento de que (e-STJ, fl. 11232):

Consequência dessa sistemática de, para chegar-se à parte, apurar-se, antes, necessariamente, o todo, seria, no caso dos autos, se provido o recurso de apelação e decretada, para argumentar, repito, a dissolução parcial e a saída do apelado da sociedade, ter-se que fazer todo o necessário a uma hipotética apuração total, para, só então, ver-se o quanto caberia ao apelado, como haveres na saída da sociedade. **Seria enorme contrassenso assim proceder, quando evidentes a falta total de mínima *affectio societatis* e, mais ainda, de qualquer viabilidade na continuação do negócio, que nem mais estabelecimento comercial ou empregados tem. Já haveria nos autos o necessário para a dissolução total (perícia, balanços, etc.), que é a solução que a Justiça recomenda, mas, por razões de processualística, desmesurado apreço à forma, não seria tal material utilizado plenamente.**

Contudo, no recurso especial, apontando contrariedade aos arts. 128 e 460 do CPC/1973, o recorrente sustenta a ocorrência de julgamento *extra petita*.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou o fundamento do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 774.370/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015.)

CONSUMIDOR E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA EXCLUDENTE DA COBERTURA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SFH. ACÓRDÃO FUNDADO NO CDC. NULIDADE DA CLÁUSULA. ART. 51, IV, DO

CDC. ESPECIAL DISTANCIANDO-SE DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. TESE SUFICIENTE NÃO IMPUGNADA. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.507.662/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 28/8/2015.)

#### **Da Justiça Gratuita**

Defiro o benefício de gratuidade de justiça ao recorrente diante da declaração de hipossuficiência juntada à fl. 11267 (e-STJ).

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para deferir o benefício da gratuidade de justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator